

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Demonstrações contábeis
de acordo com as práticas contábeis
adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2013
e relatório dos auditores independentes**



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da:

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

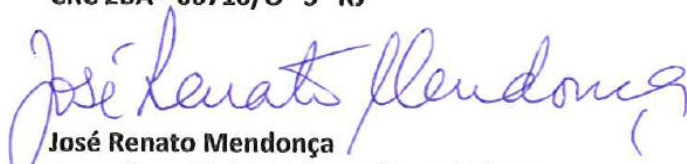
Outros assuntos

Informação Suplementar - Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2014.

Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S
CRC 2BA - 00710/O "S" RJ


José Renato Mendonça
Contador – CRC 1BA 9.749/O – 9 "S" RJ

Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

Ativo	2013	2012	Passivo e patrimônio líquido	2013	2012
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	56.791	31.865	Fornecedores (Nota 17)	247.807	266.131
Contas a receber de clientes (Nota 8)	388.546	381.021	Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	154.361	173.939
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	(30.583)	(27.147)	Obrigações trabalhistas	6.957	7.014
Tributos a recuperar (Nota 9)	17.893	5.826	Tributos a recolher (Nota 19)	122.898	92.460
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 11)	1.880	1.820	Obrigações com fundo de pensão (Nota 22)	11.415	10.811
Adiantamentos a fornecedores	434	3.263	Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 11)	257	1.479
Cessão de crédito	2.284	1.234	Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio (Nota 21.2 (c))	80.225	71.377
Demais contas a receber (Nota 12)	1.965	19.054	Demais contas a pagar	3.621	3.979
Estoques	1.255	1.763			
Despesas antecipadas	700	2.077			
				627.541	627.190
	441.165	420.776			
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	324.333	287.572
Ativos fiscais diferidos (Nota 10)	95.097	102.716	Tributos a recolher (Nota 19)	50	94
Tributos a recuperar (Nota 09)	37.133	42.606	Obrigações com fundo de pensão (Nota 22)	124.985	164.460
Demais contas a receber (Nota 12)	15.139	15.139	Provisão para contingências (Nota 23)	71.013	70.785
Empréstimos compulsórios e incentivos fiscais	920	920	Demais contas a pagar	46.668	21.005
Provisão para perdas sobre bens e direitos (Nota 13)	(920)	(920)		567.049	543.916
Depósitos judiciais (Nota 14)	86.606	71.463			
Outros realizáveis a longo prazo	376	591	Total do passivo	1.194.590	1.171.106
	234.351	232.515	Patrimônio líquido (Nota 21)		
Investimentos	380	380	Capital social	362.342	359.909
Intangível (Nota 15)	1.394.868	1.288.640	Reserva de capital	2.194	2.194
Diferido (Nota 16)	75.550	114.779	Reservas de lucros	618.407	578.908
			Ajuste de avaliação patrimonial	(31.219)	(55.027)
	1.705.150	1.636.314			
Total do ativo	2.146.314	2.057.090	Total do patrimônio líquido	951.724	885.984
			Total do passivo e patrimônio líquido	2.146.314	2.057.090

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG**

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2013	2012
Receita líquida (Nota 24)		
Venda de gás	2.910.766	2.568.715
Contratos de construção	141.393	130.119
Outras receitas	65.580	36.999
	<u>3.117.739</u>	<u>2.735.833</u>
Receitas (despesas) operacionais		
Compra de gás e de serviços	(2.025.362)	(1.759.209)
Custo dos contratos de construção	(141.393)	(130.119)
Pessoal	(86.296)	(82.002)
Utilidades, materiais e serviços	(18.432)	(17.381)
Serviços e outros gastos gerais (Nota 26)	(150.279)	(145.176)
Amortizações do intangível e diferido	(101.597)	(101.946)
Obrigações com fundo de pensão (Nota 22)	(10.354)	(3.305)
Outras, líquidas (Nota 27)	(39.749)	(26.127)
	<u>(2.573.462)</u>	<u>(2.265.265)</u>
Lucro operacional	<u>544.277</u>	<u>470.568</u>
Resultado financeiro (Nota 28)		
Receitas financeiras	20.154	35.476
Despesas financeiras	(63.255)	(82.697)
	<u>(43.101)</u>	<u>(47.221)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	501.176	423.347
Imposto de renda e contribuição social (Nota 20)		
Do exercício	(166.510)	(128.954)
Diferidos	6.591	(4.016)
Lucro líquido do exercício	<u>341.257</u>	<u>290.377</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares)	<u>51.927.546</u>	<u>51.927.546</u>
Lucro básico e diluído por lote de mil ações atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	<u>6,57</u>	<u>5,59</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro líquido do exercício	<u>341.257</u>	<u>290.377</u>
Outros componentes do resultado abrangente		
Ganho/(Perda) atuarial de fundo de pensão (Nota 22)	<u>23.808</u>	<u>(21.622)</u>
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	<u>23.809</u>	<u>(21.622)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>365.065</u>	<u>268.755</u>

Os itens na demonstração de resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais de cada componente do resultado abrangente estão apresentados na Nota 21.2.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

(continuação)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido								
Em milhares de reais								
	Capital Social	Reserva de capital - incentivos fiscais	Reservas de lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
			Legal	Expansão				
Em 31 dezembro de 2011	353.617	2.194	67.113	299.088	179.312	-	(33.405)	867.918
Aumento de Capital	6.292			(6.292)				-
Lucro líquido do exercício						290.377		290.377
Dividendos adicionais aprovados					(179.312)	-		(179.312)
Perda com fundo de pensão		-	-	-	-	-	(21.622)	(21.622)
Destinação do lucro :					-	-		-
Reserva legal		-	4.868	-	-	(4.868)		-
Juros sobre o capital próprio - mínimo obrigatório (R\$ 0,7994 por lote de mil ações)			-	-	-	(41.513)		(41.513)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 4,6988 por lote de mil ações)		-	-	-	214.132	(243.996)		(29.864)
Em 31 de dezembro de 2012	359.909	2.194	71.981	292.796	214.132	-	(55.027)	885.984
Aumento de Capital	2.434		-	(2.434)				-
Lucro líquido do exercício						341.257		341.257
Dividendos adicionais aprovados					(214.133)	-		(214.133)
Despesas com fundo de pensão		-	-	-	-	-	23.808	23.808
Destinação do lucro :					-			
Reserva legal		-	487	-	-	(487)		-
Juros sobre o capital próprio - mínimo obrigatório (R\$ 0,6999 por lote de mil ações)		-	-	-	-	(36.344)		(36.344)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 4,9218 por lote de mil ações)					255.578	(304.426)		(48.848)
Em 31 de dezembro de 2013	362.343	2.194	72.468	290.362	255.577	-	(31.219)	951.724

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais

	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	501.176	423.347
Ajustes		
Amortizações do intangível e diferido	101.597	101.946
Resultado na baixa do intangível	-	(73)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, contingências e provisão para créditos de liquidação duvidosa	42.392	50.547
	645.165	575.767
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(7.525)	(81.855)
Tributos a recuperar e diferidos	145.199	102.998
Estoques	508	(182)
Créditos restituíveis	(1.050)	(853)
Outros ativos	6.369	3.364
Fornecedores	(18.324)	67.332
Obrigações trabalhistas	(57)	74
Tributos a recolher	(134.494)	(125.384)
Partes relacionadas	(1.282)	1.014
Obrigações com fundo de pensão	(15.063)	4.567
Outros passivos	25.305	18.131
	(414)	(10.794)
Caixa proveniente das operações	644.751	564.973
Juros pagos	(33.133)	(51.111)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(144.174)	(107.683)
IRRF sobre juros sobre capital próprio pagos	(5.676)	(5.821)
	(182.983)	(164.615)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	461.768	400.358
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do ativo intangível	(4.029)	(153.929)
Recebimento de venda de ativo intangível	(165.520)	350
Aplicações financeiras	953	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(168.596)	(153.579)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimo	(69.892)	(280.534)
Ingressos de empréstimo	81.479	250.076
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(279.832)	(233.263)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(268.245)	(263.721)
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	24.926	(16.942)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 7)	31.865	48.807
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 7)	56.791	31.865

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais

	2013	2012
Receitas		
Vendas de gás, serviços e contratos de construção	3.640.257	3.245.682
Outras receitas operacionais	11.796	8.548
Constituição de provisão para contas de cobrança duvidosa	(6.756)	5.233
	<u>3.645.297</u>	<u>3.259.463</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de gás vendido e dos serviços prestados	(2.166.755)	(1.889.328)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais e respectivos impostos indiretos	(472.317)	(488.280)
	<u>(2.639.072)</u>	<u>(2.377.608)</u>
Valor adicionado bruto	<u>1.006.225</u>	<u>881.855</u>
Retenções		
Amortização	(101.597)	(101.946)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>904.628</u>	<u>779.909</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	22.496	35.476
Valor adicionado total a distribuir	<u>927.124</u>	<u>815.385</u>
Distribuição do valor adicionado		
Remuneração direta	52.334	47.181
Benefícios	17.338	16.045
Honorários da diretoria	4.155	7.881
	<u>73.827</u>	<u>71.107</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	288.766	241.552
Estaduais	142.793	117.998
Municipais	1.844	1.788
	<u>433.403</u>	<u>361.338</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	75.545	89.691
Aluguéis	3.092	2.872
	<u>78.637</u>	<u>92.563</u>
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre capital próprio	36.344	41.513
Dividendos propostos	304.426	243.996
Lucros retidos	487	4.868
	<u>341.257</u>	<u>290.377</u>
Valor adicionado distribuído	<u>927.124</u>	<u>815.385</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes, pelo período de trinta anos, contados a partir de 21 de julho de 1997 (data da privatização), prorrogáveis, a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, por igual período de tempo e por uma única vez.

A área de concessão da CEG inclui a cidade do Rio de Janeiro e os seguintes municípios que integram a sua região metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, Tanguá, Seropédica e São João de Meriti.

De acordo com o Edital de Venda PED/ERJ nº 02/1997 e com o contrato de concessão, a CEG deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade dos mesmos;
- manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- providenciar, desde que haja disponibilidade de gás natural e não havendo negativa dos consumidores, a total conversão do sistema de distribuição para a utilização de gás natural, no prazo máximo de noventa meses, contados da assinatura do contrato, sendo que 25% das unidades residenciais e comerciais deverão estar aptas a ser abastecidas com gás natural até o final do quadragésimo oitavo mês (concluído);
- atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- substituir as garantias de natureza real e/ou as fianças, prestadas pelo Governo do Estado ou qualquer outra pessoa jurídica de direito público, em operações financeiras realizadas pela Companhia (concluído);

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- manter em operação o Instituto de Seguridade Social da CEG - GASIUS;
- dar cumprimento às resoluções da Presidência da Companhia, anteriores ao contrato de concessão, relacionadas com os planos de incentivo à aposentadoria de empregados;
- manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro; e
- cumprir integralmente o acordo coletivo de trabalho vigente, durante o prazo nele estipulado.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão (Notas 2.10 e 15).

A Companhia é uma sociedade anônima sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, é parte do grupo GAS NATURAL FENOSA, e está registrada na Bolsa de Valores de São Paulo-BOVESPA.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração da Companhia em 13 de março de 2014.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos, quando aplicável) mensurados ao valor justo.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A seguinte nova interpretação de norma foi aplicável ao exercício de 2013 :

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O principal impacto previsto para a sua adoção nas demonstrações contábeis da Companhia é: (i) a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, conforme Nota 22.

2.2 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais e estratégicas, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva. Ver detalhes na Nota 24.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados em contas garantidas, quando aplicável. Essas contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial na rubrica de "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado e como disponíveis para venda.

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a partes relacionadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis e os títulos mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5 Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor (mais de 6 meses de atraso);
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A Companhia avalia, em primeiro lugar, se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante de perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*"), considerando os critérios descritos na Nota 2.5.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber e cheques a depositar, os quais são apresentados líquidos das respectivas provisões.

2.7 Estoques

Referem-se, principalmente, a bens para instalação e itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

2.8 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.9 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Estes depósitos são atualizados monetariamente (vide Nota 14).

2.10 Ativos intangíveis

(i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização. A amortização é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos (Nota 15).

(ii) *Softwares*

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

(iii) *Servidão de passagem*

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitada ao prazo de concessão (Nota 15).

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.11 Diferido

Refere-se a gastos incorridos no projeto de conversão de gás manufaturado para gás natural e para captação de novos clientes até 31 de dezembro de 2008. É amortizado pelo prazo de 10 anos a partir da data da conclusão dos trabalhos em cada área geográfica, quando os benefícios começaram a ser gerados (Nota 16).

Conforme Lei nº 11.941/09 e o Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, estes gastos permaneceram registrados no ativo diferido até sua amortização total. A partir de 2009, os gastos dessa natureza passaram a ser reconhecidos no resultado do exercício.

2.12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização, são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. Fruto dessa avaliação, não foi identificada qualquer perda a ser reconhecida até 31 de dezembro de 2013.

2.13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já incorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.16 Benefícios a funcionários

(a) Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados pelo custo de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O custo do serviço passado é o aumento no valor presente da obrigação de benefício quando da introdução ou mudança no plano de benefício pós-emprego, resultante de serviços prestados pelos empregados participantes em períodos passados. Ganhos e perdas atuariais compreendem (i) os ajustes de experiência, ou seja, os efeitos de diferenças entre as premissas atuariais adotadas e as efetivamente ocorridas; (ii) os efeitos de alterações de premissas atuariais.

A Companhia adotou o método de reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais que está de acordo com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 33, aprovado pela Deliberação CVM nº 600/09, que trata de benefícios a empregados. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos no resultado abrangente, ficando a variação dentro do patrimônio, nunca transitando pelo resultado (outros resultados abrangentes não reclassificáveis). Este método suaviza as flutuações no resultado, tendo o efeito diluído no patrimônio e, em adição, mantém o passivo por um valor adequado.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Em atendimento à Deliberação CVM nº 600 de 07 de outubro de 2009, a Companhia, com base em estudo atuarial, apurou os passivos oriundos dos benefícios futuros a que os funcionários têm direito (Nota 22).

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) aprovado pela Deliberação CVM nº 695/12, a Companhia adotou a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, que não gerou aumento significativo do custo do plano no resultado do exercício.

(b) Outras obrigações pós-aposentadoria

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de assistência médica pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

(c) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.17 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.18 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, calculada com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Para efeito de apresentação das demonstrações contábeis, os juros sobre o capital próprio são reclassificados para a conta de lucros acumulados.

2.19 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

(b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizados, como aquecedores e acessórios e classifica como "Outras receitas" na demonstração do resultado. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o (retirados no) local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas de equipamentos são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito.

(c) Venda de serviços

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato da Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

(e) Cessão de crédito

Consiste na compra dos direitos de recebimento pela venda de produtos ou serviços de clientes do Grupo Gas Natural Fenosa, à empresas do grupo, de modo que a Companhia se encarrega de cobrá-los nas contas de consumo de gás. O reconhecimento desta receita é feito no momento da emissão das contas de gás.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.20 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas interpretações de norma foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Reconhecimento da receita de venda de gás

Para a mensuração da receita pela venda de gás é efetuada estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota 8, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 144.962 (R\$ 157.153 em 31 de dezembro de 2012).

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Imposto de renda e contribuição social
diferidos sobre prejuízos fiscais**

Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.

Caso todas as contas a receber vencidas e não *impaired* fossem consideradas não recuperáveis, a Companhia sofreria uma perda em 31 de dezembro de 2013 de R\$ 38.588 (R\$ 25.919 em 31 de dezembro de 2012).

(d) Vida útil do ativo intangível

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos.

(e) Provisão para contingência

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(f) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 22.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e aplica política de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

Para gerenciamento de risco de variação cambial, a Companhia tem como estratégia a obrigatoriedade de que 100% dos empréstimos e financiamentos indexados a uma moeda estrangeira possuam também, um instrumento financeiro de troca de moeda (swap de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pode contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2013, não existia nenhum derivativo contratado com a finalidade de proteção à exposição dessas taxas de juros e risco cambial.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos. A política adotada está descrita no item 4.1 acima.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contração de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota 8. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria, conforme mencionado na Nota 4.3(c).

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais quando forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Em 31 de dezembro de 2013				
Fornecedores	244.604	-	-	
Empréstimos e financiamentos	162.002	123.100	284.415	
Contas a pagar - assunção de dívida	11.722	6.695	7.060	
Contas a pagar - partes relacionadas	259	-	-	
Em 31 de dezembro de 2012				
Fornecedores	267.550	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	181.770	204.528	124.296	18.573
Contas a pagar - assunção de dívida	11.128	8.669	17.295	
Contas a pagar - partes relacionadas	60	-	-	-

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Observações:

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e outras obrigações.
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração.
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Do montante de longo prazo demonstrado anteriormente, a Companhia não pretende realizar antecipações.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser assim sumariados:

	2013	2012
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 18)	478.694	461.511
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(56.791)	(31.865)
Dívida líquida	421.903	429.646
Total do patrimônio líquido	951.724	885.984
Total do capital próprio e de terceiros	1.373.627	1.315.630
Índice de alavancagem financeira - %	31	33

O índice de alavancagem financeira se manteve estável em comparação ao ano anterior, fruto da manutenção da política de gestão de capital da Companhia. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.3 Instrumentos financeiros

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Quando aplicável, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de *swap*.

Não foram contratadas nos exercícios, operações com instrumentos derivativos.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

(b) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.

(c) Endividamento financeiro

O endividamento financeiro líquido compreende os ativos (disponibilidades e aplicações financeiras) e passivos financeiros (empréstimos) que podem ser assim apresentados:

	2013			2012		
	Ativos	Passivos	Dívida líquida	Ativos	Passivos	Dívida líquida
Circulante	56.791	154.361	(97.570)	31.865	173.939	(142.074)
Não circulante		324.333	(324.333)		287.572	(287.572)
	<u>56.791</u>	<u>478.694</u>	<u>(421.903)</u>	<u>31.865</u>	<u>461.511</u>	<u>(429.646)</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A política da Companhia é financiar a maior parte de seus investimentos com linhas de crédito de longo prazo do BNDES. A Companhia contratou, junto ao BNDES, financiamento de R\$ 239 milhões para realização dos investimentos do triênio de 2010 a 2012. A previsão de recebimento para esse financiamento foi até maio de 2013. O restante das necessidades de caixa é suprido e administrado com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras (Nota 18).

A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinarçar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto as instituições bancárias.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e recebíveis	Total
31 de dezembro de 2013		
Contas a receber de clientes	388.546	388.546
Caixa e equivalentes de caixa	56.791	56.791
Depósitos Judiciais	86.606	86.606
	<u>531.943</u>	<u>531.943</u>
	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2013		
Empréstimos	478.694	478.694
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	248.064	248.064
	<u>726.758</u>	<u>726.758</u>
	Empréstimos e recebíveis	Total
31 de dezembro de 2012		
Contas a receber de clientes	381.021	381.021
Caixa e equivalentes de caixa	31.865	31.865
Depósitos Judiciais	71.463	71.463
	<u>484.349</u>	<u>484.349</u>
	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2012		
Empréstimos	461.511	461.511
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	267.550	267.550
	<u>729.061</u>	<u>729.061</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos com rating AAA.

Em relação as contas a receber, a Companhia possui uma carteira de 818.256 clientes dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular e termogeração, não havendo concentração significativa em nenhum de seus clientes, diluindo, assim, o risco de inadimplência.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa e bancos	<u>56.791</u>	<u>31.865</u>
	<u>56.791</u>	<u>31.865</u>

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações contábeis é o valor contábil de caixa e equivalente de caixa.

8 Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de equipamentos como demonstrado a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Faturado		
Consumidores		
Do setor privado	227.124	211.882
Do setor público	<u>9.201</u>	<u>8.817</u>
	<u>236.325</u>	<u>220.699</u>
Não faturado		
Consumidores		
Do setor privado	142.094	154.349
Do setor público	<u>2.868</u>	<u>2.804</u>
	<u>144.962</u>	<u>157.153</u>
Vendas de equipamentos	<u>7.259</u>	<u>3.169</u>
	<u>388.546</u>	<u>381.021</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Em janeiro de 2012, as tarifas foram atualizadas pela variação do índice de inflação de 5,95% ocorrida no período de 1º de dezembro de 2010 a 30 de novembro de 2011, além da aplicação do percentual de 3,79% sobre as margens vigentes em 31 de dezembro de 2011, visando à compensação tarifária autorizada no §1º do Art. 2º da Deliberação AGENERSA nº 427, de 27/08/09. Em junho do mesmo ano, as tarifas de gás natural foram atualizadas em decorrência do aumento do custo médio ponderado de aquisição do gás natural de produção nacional (2,73%), e do custo de gás obtido através dos leilões de curto prazo. Em virtude da redução do custo médio ponderado de aquisição do gás natural de produção nacional, houve redução das tarifas praticadas pela Companhia em setembro de 2012 (-0,53%).

Do incremento do custo médio ponderado de aquisição do gás natural de 1,26%, aplicado a partir de 07/dezembro/13, resultante da redução do desconto temporário no preço de gás longo prazo, conforme correspondências GE-MC/VGN – 013/2013, de 31/out/13, GE-MC/VGN – 026/2013 e GE-MC/VGN/VGN-II 004/13, ambas de 01/nov/13.

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:

	2013	2012
A vencer		
Faturado	174.413	170.802
Não faturado	144.962	157.153
Vencidas		
Até três meses	33.227	21.258
De três a seis meses	5.361	4.661
Acima de seis meses	<u>30.583</u>	<u>27.147</u>
	<u>388.546</u>	<u>381.021</u>

A totalidade dos créditos com clientes que possuem débitos vencidos há mais de seis meses é objeto de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Após 30 dias de atraso no pagamento da fatura, os clientes residenciais e comerciais, têm o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes industriais, o fornecimento é suspenso em 10 dias.

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa, segue demonstrada abaixo:

	2013	2012
Em 1º de janeiro	<u>27.147</u>	<u>37.198</u>
Provisão para impairment de contas a receber	22.133	13.359
Recuperação de provisão para impairment de contas a receber	<u>(18.697)</u>	<u>(23.410)</u>
Em 31 de dezembro	<u>30.583</u>	<u>27.147</u>

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações contábeis é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima. A Companhia não ofereceu nenhum título como garantia.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Tributos a recuperar

	2013	2012
Contribuição Social (a)	1.165	758
ICMS a recuperar (b)	19.783	26.387
Imposto de renda retido na fonte	2.660	2.133
FINSOCIAL (c)	19.421	18.573
Outros (d)	11.997	581
	<u>55.026</u>	<u>48.432</u>
Circulante	<u>(17.893)</u>	<u>(5.826)</u>
Não circulante - Realizável a longo prazo	<u>37.133</u>	<u>42.606</u>

(a) Refere-se a antecipações mensais de contribuição social.

(b) Refere-se, a ICMS a recuperar decorrente de aquisições do ativo intangível, no montante de R\$ 16.848 (R\$ 16.868 em 31 de dezembro de 2012), sendo R\$ 2.272 com expectativa de realização a curto prazo e R\$ 3.601 com expectativa a longo prazo, além de R\$ 17.527, classificados no longo prazo, (R\$ 17.527 em 31 de dezembro de 2012) referentes, principalmente, a valores do imposto a recuperar por pagamento a maior em compras de gás provenientes do Espírito Santo e Mato Grosso, cuja contrapartida está registrada na conta de fornecedores (Nota 17). Sobre os impostos pagos a maior no Espírito Santo e Mato Grosso, a Companhia já abriu processo administrativo. Com a conclusão do referido processo em julho de 2013, a Companhia vem se compensando mensalmente dos valores deferidos pelo Fisco.

(c) Refere-se, substancialmente, a créditos do processo do FINSOCIAL, transitado em julgado com expectativa de realização a longo prazo (Nota 23(a(ii))).

(d) Refere-se, cerca de 90%, a novo regime especial aplicado a Petrobrás, adotado pela Receita Federal, permitindo crédito de períodos posteriores ao fato gerador.

10 Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	95.097	102.606
PIS e COFINS diferidos (*)		110
	<u>95.097</u>	<u>102.716</u>

(*) Incidentes sobre a receita de retroatividade contabilizada em 2009 e revertida em 2010 (Nota 25.5).

O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo são calculados sobre os seguintes eventos:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Obrigações de fundo de pensão	50.776	60.246
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.420	3.561
Provisão para contingências	28.234	26.749
Mudança de prática - novos CPC's (*)	(2.967)	(2.509)
Fornecedores	6.603	7.171
Outras	8.031	7.388
Ativo não circulante	<u>95.097</u>	<u>102.606</u>

(*) Os principais itens das mudanças de prática são:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receita de ajuste a valor presente	(833)	(725)
Juros e variação monetária Gasius (CPC 33)	(2.134)	(1.784)
	<u>(2.967)</u>	<u>(2.509)</u>

(b) Movimentação

movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

	<u>IR e CS diferidos ativos sobre</u>						
	<u>Obrigações de fundo de pensão</u>	<u>Provisão para devedores duvidosos</u>	<u>Provisão para contingências</u>	<u>Mudanças de práticas</u>	<u>Fornecedores</u>	<u>Outras provisões</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2012							
Creditado (debitado) na	60.246	3.561	26.749	(2.509)	7.171	7.388	102.606
demonstração do resultado	3.332	859	1.485	(458)	(568)	643	5.293
Creditado (debitado) no							
Imposto corrente	(12.802)						(12.802)
Em 31 de dezembro de 2013	<u>50.776</u>	<u>4.420</u>	<u>28.234</u>	<u>(2.967)</u>	<u>6.603</u>	<u>8.031</u>	<u>95.097</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Realização

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias, sendo que os mesmos serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui projeções de realizar os créditos até 2020, conforme demonstrado a seguir:

2014	17.591
2015	17.615
2016	17.615
2017	17.615
2018	17.615
2019	3.523
2020	3.523
	<u>95.097</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

11 Transação com partes relacionadas

	<u>Ativo circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Receitas</u>	<u>Despesas</u>
A receber/pagar					
Gas Natural SDG, S.A.	534	229		402	8.900
CEG Rio S.A.	1.229	-		11.241	
Gás Natural São Paulo Sul S.A.	79	19		622	
Gás Natural Serviços S.A.	21	9		225	
Gás Natural do Brasil S.A.	<u>17</u>	<u>-</u>		<u>14</u>	<u>1.216</u>
	1.880	257		12.504	10.116
Empréstimos e financiamentos					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 18)		68.026	122.465		
Em 31 de dezembro de 2013	<u>1.880</u>	<u>68.283</u>	<u>122.465</u>	<u>12.504</u>	<u>10.116</u>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>1.820</u>	<u>54.884</u>	<u>170.253</u>	<u>11.697</u>	<u>14.746</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos a receber e a pagar com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a prestação de serviços de informática, aluguéis de hardware e ressarcimento de custos relacionados à cessão de mão de obra, e também a cessão de crédito.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores e membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Salários e encargos	4.585	3.230
Honorários de diretoria	4.155	7.881
Participação nos lucros	991	690
Planos de aposentadoria e pensão	148	90
Outros benefícios	<u>753</u>	<u>345</u>
	<u>10.632</u>	<u>12.236</u>

12 Demais contas a receber

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Adiantamentos a funcionários	551	539
Cartões corporativos	53	319
Outros devedores (i)	<u>16.500</u>	<u>33.335</u>
	17.104	34.193
Circulante	<u>(1.965)</u>	<u>(19.054)</u>
Não circulante	<u>15.139</u>	<u>15.139</u>

- (i) O saldo remanescente registrado no ativo não circulante refere-se a auto de infração recebido em 9 de abril de 2010 no montante de R\$ 14,5 milhões pela ausência de recolhimento de ICMS. A Companhia detém todas as guias de recolhimento do referido imposto autenticadas pelo agente arrecadador e discute com o mesmo a procedência da reclamação das autoridades fiscais. Para evitar a situação de inadimplência junto à Receita Estadual, em abril de 2010, a Companhia pagou novamente os referidos débitos e aguarda o reembolso, pelo agente arrecadador, dos valores pagos. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, as chances de recuperar tais valores pagos em duplicidade é provável, visto que a Companhia detém as provas do recolhimento do referido débito fiscal.

13 Provisão para perdas sobre bens e direitos

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Aplicação em incentivos fiscais	<u>920</u>	<u>920</u>

O incentivo fiscal é constituído basicamente por aplicações no FINAM - Fundo de Investimento da Amazônia.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Depósitos judiciais

	2013	2012
ICMS (a)	2.790	2.624
INSS (a)	16.679	15.855
Processo Administrativo - SRF (b)	6.021	5.746
CIDE (c)	8.863	8.213
Penhora Judicial (d)	18.703	11.537
Trabalhistas	26.124	25.244
Outros	7.426	2.242
	86.606	71.463

- (a) Referem-se a depósitos para recursos de autos de infração de ICMS e INSS. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes.
- (b) Refere-se a depósito para obtenção, junto à Secretaria da Receita Federal, de Certidão Positiva com efeito de Negativa, tendo em vista se tratar de cobrança por suposta falta de recolhimento de PIS incluído da Declaração de Débitos e Créditos Federais - DCTF. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes. Foi feito um pedido de liminar em Mandato de Segurança para a suspensão da exigibilidade do tributo para obtenção da Certidão Fiscal.
- (c) Refere-se a Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico - CIDE (Nota 23(a)).
- (d) Refere-se a penhoras em ações trabalhistas (R\$8.451) e cíveis (R\$10.252). Nas penhoras cíveis, destacam-se execuções judiciais propostas, na sua maioria em 2013, referentes a multas aplicadas pela AGENERSA (R\$5.431).

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Intangível

	Servidões de Passagem	Software	Contrato de concessão	Total em Operação	Software em Desen- volvimento	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2012	1.045	7.668	1.177.426	1.186.139	9.496	1.195.635
Aquisição			150.749	150.749	3.179	153.928
Baixa líquida			(276)	(276)		(276)
Transferência para intangível em operação		5.843	-	5.843	(5.843)	-
Amortização	(147)	(4.804)	(55.696)	(60.647)		(60.647)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	898	8.707	1.272.203	1.281.808	6.832	1.288.640
Custo total	3.627	70.873	1.982.412	2.056.912	6.832	2.063.744
Amortização acumulada	(2.729)	(62.166)	(710.209)	(775.104)	-	(775.104)
Valor residual	898	8.707	1.272.203	1.281.808	6.832	1.288.640
Saldos em 1 de janeiro de 2013	898	8.707	1.272.203	1.281.808	6.832	1.288.640
Aquisição			165.520	165.520	4.029	169.549
Baixa líquida			(952)	(952)		(952)
Transferência para intangível em operação		6.833	-	6.833	(6.833)	-
Amortização	(147)	(4.774)	(57.447)	(62.368)		(62.368)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	751	10.765	1.379.324	1.390.840	4.028	1.394.868
Custo total	3.627	77.706	2.146.980	2.228.312	4.028	2.232.341
Amortização acumulada	(2.876)	(66.940)	(767.656)	(837.472)	-	(837.472)
Valor residual	751	10.765	1.379.324	1.390.840	4.028	1.394.869
Taxas anuais de amortização (%)	5 e 6,7	20				

- (a) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.
- (b) Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.
- (c) Intangível em andamento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações dos sistemas informatizados.

Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de informática Hardware	Móveis e Utensílios	Veículos	Rede de Gás	Outros	Total em Operação
Saldos em 1 de janeiro de 2012	1.891	5.844	979	20.221	2.632	3.035	3.402	1.029.145	151	1.067.300
Aquisição				1.590	1.302	497	1.121	12.826	1.225	18.561
Baixa líquida					-	(8)	(21)	(247)		(276)
Transferência para imobilizado em operação			1.019					114.834		115.853
Amortização		(443)	(90)	(2.916)	(1.186)	(480)	(1.325)	(49.029)	(227)	(55.696)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.891	5.401	1.908	18.895	2.748	3.044	3.177	1.107.529	1.149	1.145.742
Custo total	1.891	29.669	11.570	109.217	22.289	10.728	12.253	1.655.861	2.473	1.855.951
Depreciação acumulada		(24.268)	(9.662)	(90.322)	(19.541)	(7.684)	(9.076)	(548.332)	(1.324)	(710.209)
Valor contábil atual	1.891	5.401	1.908	18.895	2.748	3.044	3.177	1.107.529	1.149	1.145.742
Saldos em 1 de janeiro de 2013	1.891	5.401	1.908	18.895	2.748	3.044	3.177	1.107.529	1.149	1.145.742
Aquisição				1.640	881	1.557	3.021	15.194	1.300	23.593
Baixa líquida				-		(2)	(102)	(849)		(952)
Transferência para imobilizado em operação		1.848						107.668		109.516
Amortização		(480)	(85)	(2.857)	(899)	(481)	(1.244)	(50.924)	(477)	(57.447)
Ajustes	(1)	1	(1)	1					(3)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.890	6.770	1.822	17.678	2.731	4.118	4.853	1.178.619	1.968	1.220.452
Custo total	1.890	31.518	11.569	110.858	23.170	12.283	15.172	1.777.875	3.770	1.988.108
Depreciação acumulada	-	(24.748)	(9.747)	(93.179)	(20.440)	(8.165)	(10.320)	(599.256)	(1.801)	(767.656)
Valor contábil atual	1.890	6.770	1.822	17.678	2.731	4.118	4.853	1.178.619	1.968	1.220.452
Taxas anuais de depreciação (%)		4	30 a 20	10 e 20	20	10	20	30	Diversas	

(d) A rubrica "Obras em andamento" refere-se, substancialmente, aos projetos de expansão da rede.

Os juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram de R\$ 9.949 (R\$ 7.213 em 31 de dezembro de 2012) à taxa média de 9,15% (9,98% em 31 de dezembro de 2012).

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Diferido

	Conversão	Captação de Clientes	Outros	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2012	70.982	85.028	68	156.078
Aquisição				-
Amortização	(21.679)	(19.567)	(53)	(41.299)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	49.303	65.461	15	114.779
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	(188.416)	(135.459)	(1.094)	(324.969)
Valor residual	49.303	65.461	15	114.779
Saldos em 1 de janeiro de 2013	49.303	65.461	15	114.779
Aquisição				-
Amortização	(19.973)	(19.241)	(15)	(39.229)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	29.330	46.220	0	75.550
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	(208.389)	(154.700)	(1.109)	(364.198)
Valor residual	29.330	46.220	0	75.550
Taxas anuais de amortização (%)	10	10	10	

Os gastos são compostos por duas atividades:

- Projeto de conversão de gás manufaturado para gás natural, que engloba os gastos de revisão das instalações internas e dos equipamentos a gás, de propriedade do cliente, e a transformação de equipamentos a gás manufaturado, a fim de deixá-los aptos ao uso do gás natural.
- Adequação das instalações de gás a partir do medidor, a fim de deixá-las aptas ao uso do gás natural, conforme estabelece o Regulamento de Instalações Prediais (RIP).

Conforme permitido pela Lei nº 11.941/09 e pelo CPC 13, o saldo remanescente do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 que não pôde ser alocado ao ativo imobilizado e intangível permanecerá no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, porém sujeito à análise periódica de sua recuperação.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Fornecedores

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
De gás	197.384	216.858
De materiais	3.896	8.912
De serviços	<u>46.527</u>	<u>40.361</u>
	<u>247.807</u>	<u>266.131</u>

18 Empréstimos e financiamentos

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Empréstimos e financiamentos		
Financiamentos	190.494	223.658
Linhas de crédito	<u>288.200</u>	<u>237.853</u>
	<u>478.694</u>	<u>461.511</u>
Total do passivo		
Circulante	154.361	173.939
Não circulante - exigível a longo prazo	<u>324.333</u>	<u>287.572</u>
	<u>478.694</u>	<u>461.511</u>

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

			<u>31/12/2013</u>		<u>31/12/2012</u>	
	<u>Fn (*)</u>	<u>Lc (*)</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>
(a) Em moeda nacional						
União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco		100%			17.310	
Banco HSBC S.A.		100%	844	50.000	50.831	
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.		100%	31.271		1.029	30.000
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	100%		68.026	122.465	53.405	170.253
Banco Santander S.A.		100%		41.868		42.067
ING Bank		100%	2.163	50.000	51.364	
Banco do Brasil S.A.		100%	<u>52.057</u>	<u>60.000</u>		<u>45.252</u>
Total empréstimos e financiamentos (**)			<u>154.361</u>	<u>324.333</u>	<u>173.939</u>	<u>287.572</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(*) Fn - Financiamento, Lc - Linha de Crédito.

(**) Valores demonstrados sem efeito do valor justo das operações dos instrumentos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A Companhia encerrou o quarto trimestre de 2013 com um custo médio de captação de 112% do CDI (113% em 31 de dezembro de 2012).

As operações de financiamentos referem-se a:

- (i) Recursos do BNDES para os projetos de ampliação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2015 e tem, como garantia, fiança bancária com custo de 0,5% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,8% ao ano.
- (ii) Recursos do BNDES para os projetos de expansão e saturação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2016 e tem como garantia, fiança bancária com custo médio de 0,72% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,3% ao ano.
- (iii) Em 21 de novembro de 2003, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco Europeu de Investimentos - BEI, no montante de quarenta milhões de dólares. Esse financiamento possuía prazo de carência de dois anos e vencimento final em 2012. Os encargos foram calculados pela variação do dólar acrescida da libor mais 0,15% ao ano e tem "swap" para 101,9% da variação do CDI. Esse financiamento também está destinado aos projetos de ampliação, renovação e conversão da rede de gás. É condição suspensiva para utilização dos recursos captados com o BEI, que as obrigações da Companhia previstas no contrato de financiamento sejam garantidas por meio de uma prestação de garantia. Dessa forma, a Companhia firmou um Contrato de Prestação de Garantia com instituições financeiras (Partes Garantidas) e, nos termos do referido contrato, as garantias foram prestadas por dois agentes garantidores ao custo de 0,45% ao ano, tiveram, como lastro, recebíveis da Companhia na proporção de 20% do saldo devedor. As referidas garantias foram dadas por prazo de quatro anos e possuíam vencimento em março de 2012, data em que foi liquidada a referida operação bem como a respectiva garantia.

As operações de linha de crédito servem para financiamento de capital de giro sendo renegociadas durante o ano, com custo médio de captação de 129,0% ao ano e não tem garantias oferecidas.

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2014		180.500
2015	106.487	52.768
2016	179.163	22.422
2017	24.431	20.136
2018	<u>14.252</u>	<u>11.746</u>
	<u>324.333</u>	<u>287.572</u>

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 30.000 com vencimento em um ano, que são revisadas em diferentes datas durante o ano.

**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Tributos a recolher

	2013	2012
Imposto de renda a pagar	79.980	59.765
Contribuição social sobre lucro a pagar	4.143	299
ICMS	20.835	18.563
PIS	1.323	1.389
COFINS	6.096	6.396
Outros	10.571	6.142
	122.948	92.554
Circulante	(122.898)	(92.460)
Não circulante - Exigível a longo prazo	50	94

**20 Conciliação de alíquota nominal e efetiva de
imposto de renda e contribuição social**

As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estão reconciliadas às alíquotas nominais como segue:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição Social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>501.176</u>	<u>501.176</u>	<u>423.347</u>	<u>423.347</u>
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	(125.294)	(45.106)	(105.837)	(38.101)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	9.086	3.271	10.378	3.736
Adições Permanentes	(1.715)	(617)	(1.122)	(404)
Incentivos Fiscais	994			
Outros	(396)	(142)	(1.327)	(477)
Despesa de imposto de renda e contribuição social de acordo com a demonstração do resultado	<u>(117.325)</u>	<u>(42.594)</u>	<u>(97.724)</u>	<u>(35.246)</u>
Alíquota efetiva	<u>23</u>	<u>8</u>	<u>23</u>	<u>8</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, as Companhias poderiam optar pelo Regime Tributário de Transição (RTT), que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei nºs 11.638/07 e 11.941/09.

O RTT terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária. O regime é optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2009 e, conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2012 e 2011, e as informações do quarto trimestre de 2013, foram utilizadas as prerrogativas definidas no referido regime.

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Administração da Companhia está avaliando quais devem ser os impactos e qual o período mais conveniente para sua adoção. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia não identificou efeitos relevantes a serem divulgados nas demonstrações contábeis.

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O capital social está representado por 51.927.546 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Capital detido (%)
Residentes no exterior:	
Gas Natural Internacional SDG, S.A.	54,16
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	2,26
Residentes no país:	
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	34,56
Fundo de Investimento em Ações - Dinâmica Energia	8,78
Outros (e ações em tesouraria)	0,24
	100,00

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Em Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em 27 de abril de 2012 e 29 de abril de 2011, foram deliberados os aumentos do capital social da Companhia em R\$ 6.292 e R\$ 11.830, respectivamente, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da reserva de lucros para expansão.

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 18 de agosto de 2010, em cumprimento a decisão judicial da 5ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia procedeu à recompra de 2.441 Ações Ordinárias de um acionista minoritário, que correspondem a 0,0047% do Capital Social, no montante de R\$ 215. O valor relativo à recompra das referidas ações foi fixado em sentença judicial e está sendo questionado em juízo pela Companhia, sendo este depositado judicialmente. As Ações Ordinárias objeto da operação provisória de recompra estão mantidas em tesouraria, conforme previsto no artigo 30, § 1º, b, da Lei das S.A.

Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21.2 Reserva de lucros, ajuste de avaliação
patrimonial e lucros acumulados

São compostos como segue:

	Reservas de lucros					
	Legal	Expansão	Dividendo adicional proposto	Total	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados
Em 31 de dezembro de 2011	67.113	299.088	179.312	545.512	(33.405)	
Lucro líquido do período						290.377
Reserva legal	4.868			4.868		(4.868)
Perda atuarial de fundo de pensão						(35.360)
Impostos sobre perda atuarial de fundo de pensão						13.738
Aumento de capital		(6.292)		(6.292)		
Dividendo adicional aprovado referente ao exercício 2010			(179.312)	(179.312)		
Juros sobre o capital próprio - mínimo obrigatório						(41.513)
Dividendos propostos - mínimo obrigatório						(29.864)
Dividendos propostos a aprovar			214.132	214.132		(214.132)
Transferências para ajuste de avaliação patrimonial					(21.622)	21.622
Em 31 de dezembro de 2012	71.981	292.796	214.132	578.908	(55.027)	-
Lucro líquido do período						341.257
Reserva legal	487			487		(487)
Ganho atuarial de fundo de pensão						36.073
Impostos sobre ganho atuarial de fundo de pensão						(12.265)
Aumento de capital		(2.434)		(2.434)		
Dividendo adicional aprovado referente ao exercício 2011			(214.132)	(214.132)		
Juros sobre o capital próprio - mínimo obrigatório						(36.344)
Dividendos propostos - mínimo obrigatório						(48.849)
Dividendos propostos a aprovar			255.578	255.578		(255.578)
Transferências para ajuste de avaliação patrimonial					23.808	(23.808)
Em 31 de dezembro de 2013	72.468	290.362	255.578	618.407	(31.219)	-

**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Com a transferência de parte dos lucros para a reserva legal, o saldo das reservas de lucros ultrapassou o saldo do capital social. A legislação societária brasileira determina que a assembleia dos acionistas deverá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento de capital social, ou na distribuição de dividendos. A administração irá propor a capitalização do excedente, de modo a cumprir o disposto na legislação societária brasileira.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia

Até o ano de 2010 a Companhia constituía reserva de expansão, com a finalidade de financiar parte dos investimentos de períodos posteriores. Em 2011, foram investidos cerca de R\$ 110 milhões em programas de conservação, renovação e expansão das redes de gás. Já em 2012 os investimentos chegaram a R\$ 115,5 milhões dos quais de R\$ 79,6 milhões foram aplicados no programa de conservação e renovação das redes de gás e R\$ 35,9 milhões foram destinados ao projeto de expansão. Em função da estrutura de capital da Companhia apresentada no final dos exercícios, no ano de 2013 e de 2012 não foi constituída a reserva de expansão.

(c) Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio foram apurados de acordo com as disposições estatutárias e a legislação societária brasileira, como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro líquido considerado como base de cálculo dos dividendos	341.257	290.377
Constituição da reserva legal	<u>(487)</u>	<u>(4.868)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>340.770</u>	<u>285.509</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u>85.193</u>	<u>71.377</u>
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio	36.344	41.513
Dividendos - parcela do mínimo obrigatório	48.848	29.864
Destinação a aprovar	<u>255.578</u>	<u>214.132</u>
Total	<u>340.770</u>	<u>285.509</u>
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	<u>100</u>	<u>100</u>

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado ao acionista um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de dezembro de 2012, aprovou a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação de taxa de juros a longo prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório, que em 2011 foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro. O imposto de renda de fonte assumido pela Companhia, no montante de R\$ 5.676 (R\$ 5.821 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011), foi reconhecido como despesa diretamente no resultado do exercício.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estas demonstrações contábeis refletem apenas os dividendos mínimos obrigatórios, dispostos no Estatuto Social da Companhia.

A Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2012, aprovou a distribuição de dividendos complementares sobre o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 179.312, representado por R\$ 3,453 por ação do capital social.

22 Obrigações com fundo de pensão

O fundo de pensão é administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG - Gasius entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1987, patrocinada pela Companhia e que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O Estatuto do Gasius e o Regulamento do plano de benefício estão adaptados à legislação vigente. O plano apresentou, ao fim de 2013, superávit acumulado de R\$ 44.650 (R\$ 99.958 em 31 de dezembro de 2012) e a confissão de dívida firmada pela CEG com o Gasius em janeiro de 2004 no valor de R\$ 54.208 está sendo paga em dia.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Nº participantes GASIUS:		
Ativos	68	74
Inativos	<u>1.077</u>	<u>1.078</u>
	<u>1.145</u>	<u>1.152</u>

A Companhia é mantenedora dos seguintes planos de benefícios:

Planos de benefícios

(i) Complementação de Aposentadoria tipo Benefício Definido (Plano BD)

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1987, o qual foi fechado a novas adesões em junho de 2004 e continua mantido apenas para os participantes assistidos e pensionistas e para alguns empregados ainda ativos, em caráter residual.

As contribuições da Companhia apresentam como se segue:

Contribuição normal - destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. É idêntica às contribuições dos participantes e assistidos.

Contribuição especial - destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. Representa 6,3 vezes as contribuições dos participantes e assistidos.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2004, foi firmado um termo de Confissão de Dívida, no montante de R\$ 54.207 (valor original), junto ao plano de pensão Gasius referentes às diferenças de contribuições devidas pela antiga patrocinadora e vertida à menor no período de fevereiro de 1987 e outubro de 1999 e ao saldo das obrigações assumidas pela CEG para a cobertura de riscos prioritários. O prazo para pagamento da referida dívida é de 12 anos a qual possui como base pra atualização, o INPC acrescido de juros de 1% ao mês. Em garantia das obrigações assumidas, a CEG cedeu o direito de recebimento de contas de gás no exato valor da dívida, caso exigido por ausência de pagamento.

(ii) Plano de aposentadoria do ano 1990

Refere-se a benefício de complementação de aposentadoria paga pela Companhia a 18 ex-empregados que no ano 1990 aderiram ao plano especial de desligamento. A estes ex-empregados é pago uma renda mensal vitalícia, não transferível a dependentes, sendo os valores destes benefícios atualizados com a mesma periodicidade e no mesmo percentual base concedido aos empregados ativos por força dos acordos coletivos de trabalho.

(iii) Prêmio aposentadoria

Contempla benefício a ser pago a alguns empregados na data em que se desligarem da empresa por aposentadoria. Este prêmio é garantido aos atuais admitidos antes de 31 de dezembro de 1997, e que vierem a se afastar da Companhia em decorrência de aposentadoria concedida pelo regime da previdência oficial. O valor individual do prêmio é calculado com base no salário do empregado e no tempo de serviço prestado à empresa, sendo seu valor individual máximo equivalente a sete remunerações para empregados que, em 31 de dezembro de 1997, contavam 35 anos ou mais de serviço prestado à Companhia.

(iv) Plano de saúde para aposentados

Trata-se de plano de saúde do tipo administrado, contratado com empresa de medicina de grupo e concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia e, pelo período de sete anos e meio, para os atuais empregados admitidos até aquela data, extensivo a seus dependentes legais. Os titulares do plano participam, em conjunto com a Companhia, do custeio mensal do plano e nos eventos de pequeno risco.

As contribuições da Companhia para o fundo de pensão totalizaram:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fundo de pensão (Gasius)	2.015	2.017
Assistência médica	<u>4.632</u>	<u>3.923</u>
	<u>6.647</u>	<u>5.940</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é:

	2013	2012
Plano de benefícios – GASIUS	23.781	33.334
Benefícios especiais de aposentadoria (Plano 90)	6.205	6.520
Prêmio aposentadoria	2.239	2.273
Assistência médica para aposentados	104.175	133.144
	136.400	175.271
Circulante	(11.415)	(10.811)
Não circulante	124.985	164.460

A movimentação do passivo atuarial em conformidade com a Deliberação CVM nº 600/2009 pode ser assim demonstrada:

	2013	2012
Em 1º de janeiro	175.271	149.082
Custo do serviço corrente	501	323
Juros sobre obrigações atuariais	48.220	45.573
Rendimento esperado dos ativos do plano	(32.953)	(37.730)
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais	(36.073)	33.220
Benefícios pagos	(2.315)	(940)
Contribuições de patrocinadores	(6.647)	(5.940)
Pagamentos confissão de dívida	(11.187)	(10.511)
Juros confissão de dívida	1.583	2.194
Em 31 de dezembro	136.400	175.271

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Plano de benefícios GASIUS	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados
Em 31 de dezembro de 2011	304.889	5.870	1.695	99.866
Custo do serviço corrente	(999)		53	1.269
Juros sobre obrigações atuariais	33.580	627	188	11.178
Contribuições participantes	2.069			
Reconhecimento de ganhos/perdas				
Atuariais	48.775	831	467	24.754
Benefícios pagos	(24.570)	(808)	(130)	(3.923)
Em 31 de dezembro de 2012	363.744	6.520	2.273	133.144
Custo do serviço corrente	(1.071)		69	1.503
Juros sobre obrigações atuariais	34.577	602	207	12.834
Contribuições participantes	2.081			
Reconhecimento de ganhos/perdas				
Atuariais	(48.931)	(11)	(253)	(37.937)
Benefícios pagos	(27.168)	(906)	(57)	(5.369)
Em 31 de dezembro de 2013	323.232	6.205	2.239	104.175

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	Plano de benefícios GASIUS	Assistência médica para aposentados
Em 31 de dezembro de 2011	297.797	
Rendimento esperado	37.729	
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	13.658	
Contribuições da patrocinadora	12.547	4.067
Contribuições dos participantes	2.069	
Benefícios pagos	(24.570)	(4.067)
Em 31 de dezembro de 2012	339.230	-
Rendimento esperado	32.954	
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	(4.231)	
Contribuições da patrocinadora	13.187	5.369
Contribuições dos participantes	2.081	
Benefícios pagos	(27.168)	(5.369)
Em 31 de dezembro de 2013	<u>356.053</u>	<u>-</u>

A composição dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2013 é a seguinte:

Renda fixa	
Títulos públicos federais	179.027
Fundos de investimento de renda fixa	54.753
Títulos privados	<u>10.267</u>
	244.047
Títulos de renda variável	58.164
Investimento imobiliário	37.933
Outros ativos	<u>892</u>
	<u>341.036</u>

A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:

	2013	2012
Plano de benefícios – GASIUS		
Valor presente das obrigações atuariais	323.232	363.744
Valor justo dos ativos do plano	<u>(356.053)</u>	<u>(339.231)</u>
Déficit (superávit)	(32.821)	24.513
Limite assunção de dívida (*)	32.821	(24.513)
Assunção de dívida GASIUS	<u>23.781</u>	<u>33.334</u>
Passivo líquido	<u>23.781</u>	<u>33.334</u>

(*) Passivo atuarial não reconhecido pois o montante é inferior à dívida de plano de pensão ("assunção de dívida") presentemente reconhecida.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Benefício especial de aposentadoria		
Valor presente das obrigações atuariais	<u>6.205</u>	<u>6.520</u>
Prêmio aposentadoria		
Valor presente das obrigações atuariais	<u>2.240</u>	<u>2.273</u>
Assistência médica a aposentados		
Valor presente das obrigações atuariais	<u>104.175</u>	<u>133.144</u>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado e do resultado abrangente são:

	<u>2012</u>				
	Plano de Benefício s GASIUS	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados	Total
Custo do serviço corrente	(999)	-	53	1.269	323
Juros sobre obrigações atuariais	33.580	627	188	11.178	45.573
Rendimento esperado dos ativos do plano	<u>(37.730)</u>				<u>(37.730)</u>
	<u>(5.149)</u>	627	241	12.447	8.166
Resultado abrangente	<u>9.307</u>	<u>832</u>	<u>468</u>	<u>24.753</u>	<u>35.360</u>
	<u>2013</u>				
	Plano de Benefícios GASIUS	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados	Total
Custo do serviço corrente	(1.071)		69	1.503	501
Juros sobre obrigações atuariais	34.577	602	207	12.834	48.220
Rendimento esperado dos ativos do plano	<u>(32.953)</u>				<u>(32.953)</u>
	<u>553</u>	602	276	14.337	15.768
Resultado abrangente	<u>3.045</u>	<u>(151)</u>	<u>(293)</u>	<u>(38.674)</u>	<u>(36.073)</u>

Em 2013, a Companhia registrou no resultado o montante de R\$ 15.769 (R\$ 8.166 em 2012). Deste valor, um total de R\$ 5.415 foi reconhecido em despesas com pessoal (R\$ 4.861 em 2012), pois refere à parcela de participação dos empregados e R\$ 10.354 em obrigações com fundo de pensão (R\$ 3.305 em 2012).

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A sensibilidade do passivo total dos planos de pensão em 31 de dezembro de 2012 às mudanças nas principais premissas ponderadas é:

	Percentual	
	Mudança na premissa	Impacto no passivo total
Taxa de desconto	Aumento/redução de 1%	Aumento/redução de 8,8%

Se a taxa de desconto usada apresentasse uma diferença de um ponto percentual a mais (1%), ou a menos, em relação às estimativas da administração, o valor atuarial das obrigações de planos de pensão em 31 de dezembro de 2012 seria impactado em R\$ 18.143 (R\$ 13.143 em 31 de dezembro de 2011).

As principais premissas atuarias utilizadas nos cálculos das provisões, em 31 de dezembro de 2012, são as seguintes:

Hipóteses econômicas	
Taxa de desconto	5,6% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	N/A.
Crescimentos salariais futuros	2,1% a.a.
Inflação	5,5 a.a.
Fator de capacidade	
Salários	98%
Benefícios	98%
Hipóteses demográficas	
Tábua de mortalidade	AT 83/AT2000
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas

23 Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	2013	2012
Tributárias	11.452	10.002
Trabalhistas	34.656	38.557
Cíveis	24.905	22.226
	71.013	70.785

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	70.785
Adições	15.133
Baixas/reversões	(16.512)
Atualizações monetárias	<u>1.607</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>71.013</u>

(a) Contingências tributárias

As provisões para contingências tributárias referem-se, substancialmente, a CIDE.

De acordo com a posição de nossos consultores jurídicos, apesar de existirem decisões favoráveis aos contribuintes sobre a incidência da CIDE, a maioria das decisões dos Tribunais de 2ª instância tem sido desfavoráveis, desta forma julgaram como provável a expectativa de perda deste processo. Assim sendo, a Companhia contabilizou a provisão para perda do referido processo, cujo valor em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 8.863 (R\$ 8.213 em 31 de dezembro de 2012) e está suportado por depósitos judiciais (Nota 14 (c)).

A composição da provisão para contingências tributárias, por esfera de governo, é a seguinte:

	2013	2012
Esfera		
Estadual	-	1.688
Federal	<u>8.863</u>	<u>8.314</u>
	<u>8.863</u>	<u>10.002</u>

(i) Contingências tributárias com êxitos possíveis e prováveis

Há, na Companhia, outros processos de natureza Federal, Estadual e Municipal que não estão provisionados por estarem classificados como chances de êxito possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos em todas as instâncias. O valor dessas contingências corresponde a R\$ 165.279 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 116.403 em 31 de dezembro de 2012).

Desse montante podemos destacar os seguintes processos:

- Em julho de 2005, a Companhia iniciou processo judicial, referente a exigência de pagamento de INSS em razão de diferenças resultantes de retenções supostamente efetuadas a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de ganho dessa ação razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2013 seria de R\$ 12.529 (R\$ 11.835 em 31 de dezembro de 2012).
- Em outubro de 2008, a Companhia iniciou processo administrativo referente à exigência, por parte da Receita Federal, de supostas diferenças de PIS e COFINS relativas aos meses de maio a julho de 2004, junho e julho de 2005, devido a não ter sido comprovada a origem dos créditos de ativo imobilizado deste período, e a não observação da limitação imposta pelo art. 31, da Lei nº 10.865/04.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de ganho dessa ação razão pela qual não foi constituída provisão cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2013 seria de R\$ 7.204 (R\$ 6.997 em 31 de dezembro de 2012).

- Em janeiro de 2010, a Companhia iniciou processo administrativo referente a não homologação, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos oriundos do recolhimento a maior de CSLL relativo ao exercício de 2005. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de ganho dessa ação razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2013 seria de R\$ 10.224 (R\$ 9.861 em 31 de dezembro de 2012).
- Em dezembro de 2012, a Companhia recebeu Nota de Lançamento, expedida pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, pela não aplicação do Decreto nº. 41.057/07 que aumentou a margem de valor agregado do gás natural veicular – GNV de 13% para 200%, e da Lei nº. 5.171/07, que fixou o teto máximo a ser atribuído à margem de valor agregado em 60%, nos quais, na qualidade de substituta tributária do ICMS, deveria praticar estas bases em suas operações. A Companhia apresentou defesa, na qual declara que as novas bases não foram praticadas por força de determinação do Juízo da 11ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro, que concedeu liminar a alguns clientes da Companhia, suspendendo a aplicabilidade das citadas normas. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de êxito, razão pela qual não foi constituída provisão, o montante em questão em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 103.820 (R\$ 71.455 em 31 de dezembro de 2012).

Os valores dos demais processos classificados com chances de êxito possível por nossos consultores jurídicos, não apresentam individualmente relevância, mas destacamos que os mesmos tratam de contestações, por parte da Companhia, quanto à dedutibilidade de despesas, incidência ou não de impostos, glosa de créditos, entre outros.

Adicionalmente aos processos de êxito possível, há o seguinte processo, cujo ganho estimado foi classificado como provável e que deve ser destacado em decorrência de sua relevância:

- Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro - DERAT, que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$ 83.549. Os advogados da Companhia apresentaram manifesto de inconformidade requerendo a anulação da decisão proferida. Em 28 de março de 2007, a Companhia perdeu a causa na instância administrativa e recorreu à esfera judicial, seguindo o trâmite legal. O montante envolvido, atualizado até 31 de dezembro de 2013, seria de R\$ 370.670 (R\$ 361.847 em 31 de dezembro de 2012) e não foi constituída provisão tendo em vista as expectativas de ganho favoráveis.

(ii) Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

Em 1994, após a decisão do Superior Tribunal Federal - STF que julgou inconstitucional os aumentos da alíquota do FINSOCIAL majoradas no período de setembro de 1989 a março de 1992, a Companhia entrou com uma ação judicial visando obter o reembolso dos valores que pagou a maior tendo em conta as alíquotas inconstitucionalmente majoradas. Em 2000, antes de ser proferida uma decisão final nos autos da ação judicial, a Companhia também iniciou, perante a Secretaria da Receita Federal, o procedimento administrativo de compensação dos valores indevidamente recolhidos, com valores vincendos e não pagos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2006, foi proferida a sentença favorável à Companhia no processo judicial reconhecendo seu direito ao reembolso de parte dos valores indevidamente recolhidos a título de contribuição ao FINSOCIAL.

Considerando a decisão judicial, a Secretaria de Receita Federal indeferiu à CEG a compensação efetuada, alegando que para possibilitar eventual compensação, a CEG deveria ter desistido previamente da ação judicial. Desta forma, na via administrativa, perante a Secretaria da Receita Federal, a Companhia passa a dever os impostos compensados no montante de R\$ 24.126, e faz jus ao recebimento do reembolso judicialmente reconhecido no montante de R\$ 14.613 (transitado em julgado), ambos os valores atualizados até 31 de dezembro de 2009. Como consequência, a Companhia procedeu o reconhecimento desses valores em 31 de dezembro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009.

Em 2009, a Companhia aderiu ao REFIS, e incluiu o passivo relativo aos impostos mencionados no parágrafo anterior, os quais foram objeto de parcelamento. O passivo corrigido relativo aos impostos indevidamente compensados e incluídos ao REFIS, no montante de R\$ 8.410 em 31 de dezembro de 2011, e que encontrava-se registrado em "Tributos a Recolher" na rubrica "Programa de Recuperação Fiscal - REFIS" (Nota 19) foi integralmente quitado no exercício 2012, e o respectivo ativo, no montante de R\$ 19.421 (R\$ 18.573 em 31 de dezembro de 2012), relativo aos valores recolhidos a maior está registrado na conta "Tributos a Recuperar" (Nota 9), atualizados com base na variação da Taxa Referencial de Juros - TR.

(b) Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados da Companhia e a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade solidária. A quantidade destas ações é demonstrada da seguinte forma:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Quantidade de ações movidas por:		
Ex-empregados CEG	160	178
Ex-empregados terceiros	1.116	1.471
Outros (Ministério Público, INSS)	<u>33</u>	<u>32</u>
	<u>1.309</u>	<u>1.681</u>

O saldo das provisões para processos trabalhistas reduziu de R\$ 38.557 em dezembro de 2012 para R\$ 34.676 em 31 de dezembro de 2013 (redução de 10,06%).

A tabela a seguir apresenta a composição da provisão dos processos trabalhistas:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ex-empregados CEG	6.667	7.602
Ex-empregados terceiros	<u>28.009</u>	<u>30.955</u>
	<u>34.676</u>	<u>38.557</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

As reclamações trabalhistas classificadas como de êxito possível por parte da Companhia, totalizam 31 de dezembro de 2013 R\$ 71.680 (R\$ 75.047 em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia, visando à redução das contingências trabalhistas atuais e futuras, tem adotado os seguintes planos de ação:

- (a) Melhoria do processo de contratação e gestão das atividades das empresas contratadas.
- (b) Análise dos processos mais antigos e relevantes de ex-empregados da CEG e ex-empregados de empresas terceirizadas para propor acordos, visando a redução da contingência laboral e custos com os advogados.
- (c) Contratação de empresa para realização de auditorias nas empresas terceirizadas e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.
- (d) Realização de reuniões com as empresas terceirizadas que ainda prestam serviço para a CEG e possuem processos trabalhistas, para propor um trabalho conjunto de redução de contingências laborais.
- (e) Retenção das cauções das empresas terceirizadas para redução das provisões.

(c) Contingências cíveis

As contingências cíveis provisionadas, referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, dentre as quais, pela relevância dos montantes envolvidos, podemos destacar:

- Em junho de 2010, uma sentença de primeira instância proferida na ação de indenização por acidente em residência, por inalação de gás carbônico, condenou a CEG ao pagamento de indenização no valor de R\$ 5.280, que inclui o tratamento necessário pelo prazo da expectativa de vida do autor, conforme critérios apurados em perícia judicial. A Companhia interpôs recurso contra a sentença proferida em primeira instância e aguarda julgamento da apelação. Foi dado parcial provimento a apelação apresentada pela CEG, decidindo por excluir a indenização por lucros cessantes; reconhecer a culpa concorrente do Autor; condenar a CEG ao pagamento de pensão mensal; condenar a CEG a constituir capital com o intuito de assegurar o cumprimento da obrigação imposta; condenar a Ceg a arcar com gastos médicos para reabilitação. O voto da Desembargadora Revisora foi no sentido de dar provimento integral ao recurso da CEG e, com base neste, iremos recorrer.
- Em janeiro de 2012, iniciou-se a execução de ação indenizatória em decorrência de acidente de trânsito ocorrido em 1989 (antes da privatização) envolvendo funcionário em condução de veículo da então Estatal. Não havendo mais possibilidade de recursos, o valor da indenização é de R\$ 1.869. Não houve alteração.

Existem ainda, na Companhia, outras ações cíveis classificadas com chance de êxito provável no montante de R\$ 16.170 que não apresentam individualmente relevância.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Informações por segmento

A administração analisa o desempenho da Companhia considerando as características do seu mercado consumidor e, dessa forma, subdivide o resultado de suas operações nos seguintes segmentos: mercado residencial, comercial, industrial, termelétrico e automotivo.

A composição da margem por segmento pode ser assim demonstrada:

Informações por segmento

Segmentos	Margens por segmento 2013							Total
	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras Receitas	
Volumes m³ mil (Não revisado)	114.574	87.245	571.922	2.084.468	783.681			3.641.890
Receita Bruta	602.832	266.060	684.851	1.007.119	862.481	141.393	75.527	3.640.263
Deduções	(127.649)	(56.844)	(136.374)	(5.036)	(186.673)		(9.944)	(522.520)
Receita Líquida	475.183	209.216	548.477	1.002.083	675.808	141.393	65.583	3.117.743
Custo	(62.509)	(52.757)	(408.203)	(924.510)	(565.009)	(141.393)	(12.372)	(2.166.753)
Resultado Bruto	412.674	156.459	140.274	77.573	110.799	-	53.211	950.990
Despesas/Receitas Operacionais								(449.814)
Resultado antes da Tributação								501.176
Provisão p/IR e Contribuição social								(159.919)
Lucro/Prejuízo do Período								341.257

Segmentos	Margem por segmento 2012							Total
	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras receitas (*)	
Volumes m³ mil (Não auditada)	113.446	88.222	676.167	1.460.754	803.909			3.142.498
Receita Bruta	562.103	251.604	735.971	678.021	844.658	130.119	43.205	3.245.681
Deduções	(119.125)	(53.761)	(144.550)	(3.390)	(182.816)		(6.206)	(509.848)
Receita Líquida	442.978	197.843	591.421	674.631	661.842	130.119	36.999	2.735.833
Custo	(69.284)	(55.339)	(445.973)	(618.534)	(557.962)	(130.119)	(12.117)	(1.889.328)
Resultado Bruto	373.694	142.504	145.448	56.097	103.880	-	24.882	846.505
Despesas/Receitas Operacionais								(423.158)
Resultado antes da Tributação								423.347
Provisão p/IR e Contribuição social								(132.970)
Lucro líquido do exercício								290.377

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(*) As outras receitas têm a seguinte composição:

	2013	2012
Receitas de serviços	55.800	30.156
Receitas de serviços taxados	5.417	3.435
Receita de alugueis	477	296
Receita de MRV (Nota 25.2)	13.829	9.318
	75.523	43.205

A administração não efetua a gestão dos ativos e passivos da Companhia por segmento, motivo pelo qual não é apresentada a composição dessas informações.

25 Compromissos e contingências

25.1 Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS para uso convencional ("CONTRATO"), assinado em 18 de julho de 2008.

Em 01 de agosto de 2013 foi celebrado o termo aditivo nº 9 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, para uso convencional, no qual foram acordados: (i) a prorrogação da vigência do contrato, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2019 e (ii) possibilidade de desconstratação parcial das quantidades diárias contratuais - QDC's a partir de 2013.

Com a efetivação do termo aditivo nº 9, o CONTRATO garante o fornecimento de 5,72 milhões de metros cúbicos por dia (Quantidade Diária Contratual - QDC) para o período de janeiro a julho de 2013, de 5,05 milhões de metros cúbicos por dia, para o período de agosto a dezembro de 2013, de 5,46 milhões de metros cúbicos por dia, para o período de janeiro a dezembro de 2014, de 5,58 milhões de metros cúbicos por dia, para o período de janeiro a dezembro de 2015, e de 5,76 milhões de metros cúbicos por dia, para o período de janeiro de 2016 a dezembro de 2019 com a garantia de fornecimento deste volume (Quantidade Diária Contratual - QDC). Por esse contrato, a CEG se compromete, a cada ano de sua vigência, a retirar da PETROBRAS e, mesmo que não retire, pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente ano, seja igual ou superior a 80% da QDC - compromisso Take or Pay para os anos de 2013 a 2019.

Embora os valores pagos a título de Take or Pay (TOP) poderão ser compensados durante todo o prazo do contrato, contra retiradas futuras superiores ao compromisso mínimo de retirada do respectivo ano em que se estiver realizando, em 2013 não houve pagamento de TOP.

25.2 Realocação de volumes

A Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA, em 13 de janeiro de 2011 autorizou, por meio da Deliberação nº672, as concessionárias CEG e CEG RIO a utilizarem o Mecanismo de Realocação de Valores (MRV) para os excedentes dos volumes adquiridos de Curto Prazo de uma concessionária para outra.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, como previsto no ofício SEDEIS de 12 de janeiro de 2011, determinou que os excedentes de curto prazo fossem alocados respectivamente e nessa ordem: para o setor de vidros planos, setor de matéria prima e para o de GNV. Para os dois primeiros setores, o excedente de curto prazo alocado não poderá ultrapassar 50% do seu consumo mensal, enquanto que para o GNV será alocado o excedente que por ventura sobrar após o atendimento dos setores de vidro plano e de matéria prima.

Desta forma, a Companhia vem aplicando o MRV para os excedentes de curto prazo, visando à mitigação de riscos na aquisição de volumes de gás natural na modalidade de Leilão de Curto Prazo, pois as vendas de longo prazo podem ser inferiores ao volume estimado no momento da contratação da compra de curto prazo.

Em 2013, os volumes realocados entre as concessionárias foram de 16,9 mil metros cúbicos, referentes a volumes excedentes de curto prazo e de longo prazo.

25.3 Compromisso com Poder Concedente

Em julho de 2004 e agosto de 2005, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a CEG assinaram Termos Aditivos ao Contrato de Concessão nos quais a CEG assumiu o compromisso de expandir o fornecimento de gás canalizado com novas redes de distribuição de gás através da construção de ramais de distribuição para atender aos municípios de Guapimirim, Mangaratiba e Maricá.

No curso da Segunda Revisão Quinquenal de Tarifas que foi concluída em 2009, o Poder Concedente concordou com a revisão do Plano de Investimentos da Companhia de 2007 (para o quinquênio 2008-2012), através do Estudo Básico de Expansão de Rede apresentado ao final de 2009, autorizando o atendimento provisório dos municípios por meio do fornecimento de Gás Natural Comprimido – GNC.

O município de Guapimirim já está sendo atendido com rede de gás canalizado, já estando cumprido o compromisso assumido em 2004.

Os Municípios de Maricá e Mangaratiba, que atualmente são atendidos por meio de GNC, permanecem como compromisso regulatório no resultado da Terceira Revisão Quinquenal de Tarifas, que foi concluída no final do segundo semestre de 2013, onde ficou definido no plano de investimentos (para o quinquênio 2013-2017) o atendimento de tais municípios por meio da construção de gasodutos, a serem finalizados ao final do ano de 2017, visando cumprir os compromissos regulatórios previstos no Aditivo Contratual assinado em 2005.

25.4 Revisão tarifária

Em 2013, foi concluído o Processo Regulatório sobre a 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária, aprovado pelo Conselho Diretor da AGENERSA, por meio da Deliberação AGENERSA nº 1.796. Assim, a AGENERSA definiu uma taxa de remuneração (CAPM) de 9,757%, aprovou todo o plano de investimentos proposto para o quinquênio 2013-2017, efetuou pequenos ajustes em contas de custos operacionais, aprovou o redesenho da estrutura tarifária proposto pela Ceg e estabeleceu uma compensação por conta da subexecução de investimentos do quinquênio passado. Como resultado para o quinquênio, as margens da Concessionária sofrem uma redução –1,99%.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Além disso, em razão da demora de dez meses para a homologação do resultado da Revisão Tarifária, enquanto aguardava o resultado definitivo do Processo Regulatório, a Companhia manteve o valor das tarifas até então vigentes, resultando numa diferença a maior na arrecadação naquele período. Por isso a Agenersa determinou um fator de retroatividade que também será aplicado às margens durante o quinquênio vigente, o que representa uma redução adicional de -2,85%.

No entanto, a Deliberação AGENERSA 1.796 e seus efeitos foram suspensos por uma decisão liminar proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro até 18/dez/13, quando foi negado o seguimento de tal decisão. Dessa forma, em função da revogação da liminar, a AGENERSA homologou nova Deliberação de Nº 1.881, que aprovou a estrutura tarifária recalculada pela Concessionária, por conta do atraso ocasionado pela referida liminar, definindo a aplicação do resultado da RTI a partir de 01/01/2014, com os devidos ajustes de custo de gás, IGP-M e retroatividade.

25.5 Ativo regulatório

Em 16 de setembro de 2009, foi publicada no DOERJ a Deliberação AGENERSA nº 427, a qual autorizou a retroatividade do resultado da 2ª Revisão Quinquenal Tarifária, publicada em 30 de abril de 2009, permitindo à Concessionária realizar a compensação financeira referente ao período de 1º de janeiro de 2008 a 5 de junho de 2009 através de faturamento adicional por aumento de tarifa em 2010, 2011 e 2012, cujo valor presente montava a R\$ 111.644, calculados considerando a taxa de desconto (custo do capital) aprovada pelo órgão regulador de 10,22%.

Dessa forma, em 2009, a Companhia procedeu ao reconhecimento contábil da retroatividade, registrando seu direito de recebimento no ativo, assim como os impostos incidentes sobre a referida receita, repassados à tarifa conforme contrato de concessão.

Em 2010, como resultado da aplicação das novas práticas contábeis que estão de acordo com os padrões internacionais, o ativo regulatório foi revertido retroativamente ao exercício de 2009 por não atender aos critérios para reconhecimento de ativo, uma vez que não há certeza de que os benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a Companhia. A partir de 2010, o referido ativo foi registrado na medida em que se realizou o faturamento da retroatividade.

25.6 Termo de compromisso

Em 06 de abril de 2011, em decorrência dos acidentes ocorridos nas caixas subterrâneas da Light, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro propôs uma Ação Civil Pública Coletiva nº 0101795-61.2011.8.19.0001, em face da Light e da CEG, visando prevenir a ocorrência de novos acidentes. Após a Light ter firmado um Termo de Compromisso com o Ministério Público, a CEG, o Ministério Público, a AGENERSA e o Município do Rio de Janeiro, com o objetivo de encerrar a ação judicial, em 28 de julho de 2011, firmaram um acordo por meio de um Termo de Compromisso, que foi homologado pelo Juiz da 4ª. Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, no dia 03 de agosto de 2011, extinguindo o processo em relação à CEG. No acordo a CEG assumiu o compromisso de: (i) antecipar os investimentos previstos para renovação de sua rede de distribuição de gás localizada no Centro e Copacabana, considerando o atual programa de investimentos para manutenção e renovação de redes subterrâneas; (ii) as obras deverão ser concluídas no período de 12 (doze) meses; e (iii) duplicar no ano de 2011, em relação a 2010, o número de inspeções previstas em seu Programa de Monitoramento da rede de distribuição localizada no Centro e Copacabana.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O descumprimento do acordo ou a ocorrência de novo acidente em que haja lesão corporal ou fatal, ou dano ao patrimônio público ou privado, será aplicada à CEG uma multa no valor de R\$ 100 mil. Previamente à aplicação da multa, a CEG poderá se manifestar sobre a causa do evento, nos autos da ação judicial, ficando isenta do pagamento se comprovar que o gás canalizado de sua rede de distribuição não contribuiu ou foi causador do acidente. Desta forma, o pagamento da multa somente será devido após análise do Juiz acerca da responsabilidade da CEG, respeitado o devido processo legal e a ampla defesa.

Em março de 2012, foi assinado pelo Ministério Público, Prefeitura do Rio de Janeiro e CEG, o 1º Aditivo ao Termo de Compromisso celebrado em 28 de julho de 2011, estabelecendo procedimentos para a recomposição, recapeamento e restauração do pavimento asfáltico em vias públicas que forem objeto de obras realizadas pela Companhia, visando garantir as condições originais do pavimento, principalmente, nos logradouros já abrangidos pelo projeto “Asfalto Liso”. O descumprimento da obrigação assumida no referido termo aditivo, resulta em aplicação de multa à Companhia por parte do poder concedente. Pelo cumprimento integral do acordo, até a presente data, não foram imputadas penalidades a Companhia.

25.7 Antecipação de pagamento

A CEG e a Petrobras, após celebrado o Contrato de Prestação de Serviço de Distribuição de Gás Natural, para atendimento à UTE Baixada Fluminense, em 15 de abril de 2011, resolveram, em comum acordo, firmar o Contrato de Antecipação de Pagamento para Disponibilização Futura de Capacidade e Distribuição, celebrado em 30 de junho de 2011, que tem como objetivo principal garantir a rentabilidade mínima do projeto, considerando o alto valor previsto para o investimento.

No Contrato de Antecipação de Pagamento citado, foi definido que a Contratante (Petrobras) pagaria à CEG, a título de pagamento antecipado pelo fornecimento futuro do Serviço de Distribuição de Gás, o valor de R\$ 46.668, em 07 (sete) parcelas pré-fixadas assim dispostas:

Nº da Parcela	Percentual do Total	Valor (R\$ mil)	Data de Pagamento
Primeira parcela	5 %	2.333	05/01/2012
Segunda parcela	30%	14.000	05/07/2012
Terceira parcela	10%	4.667	05/11/2012
Quarta parcela	10%	4.667	05/03/2013
Quinta parcela	15%	7.000	05/06/2013
Sexta parcela	15%	7.000	05/09/2013
Sétima parcela	15%	7.000	05/11/2013

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, o Contrato de Antecipação de Pagamento, prevê a instituição do Saldo do Pagamento Antecipado (SPA), que se caracteriza como um crédito de Capacidade e Distribuição futura de gás natural para a Petrobras, que será utilizado pela mesma para quitar total ou parcialmente o valor de um ou mais Documentos de Cobrança referentes ao Contrato de Distribuição emitidos pela CEG contra a Petrobras, até que o valor de SPA seja igual a zero.

As obras referentes à implantação do referido projeto foram concluídas em dezembro de 2013 e o início da utilização do crédito será dado a partir do faturamento de janeiro de 2014, com o início efetivo do fornecimento de gás natural à usina.

25.8 Demais compromissos

Os encargos tributários e as contribuições apuradas e recolhidas pela Companhia e as declarações de rendimentos estão sujeitos a revisão por parte das autoridades fiscais por prazos prescricionais variáveis.

26 Serviços e outros gastos gerais

	2013	2012
Serviços de manutenção	25.390	24.015
Serviço de profissionais independentes e contratados	98.043	92.656
Gastos gerais de escritório	3.371	3.107
Viagens e estadas	1.756	3.233
Aluguéis	3.092	2.872
Propaganda e publicidade	9.633	12.133
Despesas empresas do grupo	9.202	6.889
Perdas e recuperação de créditos	6.755	(5.232)
Provisões (reversões de provisões)	(6.963)	5.503
	<u>150.279</u>	<u>145.176</u>

27 Outras receitas (despesas) líquidas

	2013	2012
Ganho na venda de equipamentos	59	294
Impostos e taxas	(16.803)	(16.887)
Ganhos (perda) na alienação de intangível	(848)	73
Indenização a terceiros	(14.484)	(6.485)
Despesa com impostos	(3.027)	(904)
Outras receitas e despesas operacionais	(4.646)	(2.218)
	<u>(39.749)</u>	<u>(26.127)</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Resultado financeiro

	2013	2012
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	4.804	3.508
Atualizações monetárias e cambiais ativas	4.747	8.582
Receita de juros e encargos	9.358	22.305
Outras receitas financeiras	1.245	1.081
	<u>20.154</u>	<u>35.476</u>
Despesas financeiras		
Comissões	(285)	(528)
Encargos de empréstimo (SWAP e juros)	(29.366)	(51.827)
IOF	(964)	(2.360)
Atualizações monetárias e cambiais passivas	(12.745)	(8.946)
Fiança bancária	(18.669)	(16.533)
Outras despesas financeiras	(1.225)	(2.503)
	<u>(63.255)</u>	<u>(82.697)</u>
	<u>(43.101)</u>	<u>(47.221)</u>

29 Permissão de uso de logradouros públicos

Através da Lei Municipal nº 4017, de 23 de março de 2005, regulamentada pelo Decreto nº 28.002/2007 de maio de 2007, o município do Rio de Janeiro criou a taxa mensal pelo uso das vias públicas sob o domínio municipal, bem como seu subsolo e espaço aéreo. Um novo decreto, emitido em 14 de dezembro de 2007 sob o nº 28.887/07, esclareceu a base de cálculo da referida taxa aplicável às companhias distribuidoras de gás, que resultou em uma obrigação mensal para a companhia de R\$ 998. Como a questão do pagamento pelo uso do subsolo por concessionárias de serviços públicos vem sendo declarada ilegal pelo Superior Tribunal de Justiça, e considerando as opiniões legais de nossos consultores jurídicos, a Companhia continuará discutindo em juízo seu direito de não pagar a taxa em virtude de sua ilegalidade. Ademais, de acordo com o contrato de concessão, a Companhia tem o direito de aplicar o parágrafo 16 da cláusula sétima do referido contrato que determina a incorporação, na tarifa, da cobrança desse tributo.

Adicionalmente ao pleito acima, em 9 de dezembro de 2009, foi firmado acordo entre a CEG e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, na forma do qual a Companhia se comprometeu a efetuar o pagamento de valores cobrados referentes aos meses de julho a dezembro de 2009 (pagamento já efetuado), e os valores vincendos a partir de janeiro de 2010. Com relação aos valores referentes ao período de julho de 2007 a junho de 2009, a Prefeitura abdicou da cobrança da taxa, no entanto, em contrapartida, a Companhia realizará projetos de expansão e modernização de redes de canalização de gás natural para as Olimpíadas de 2016. A discussão em juízo sobre a ilegalidade da cobrança da taxa acima mencionada continua, sendo que, no caso de decisão favorável à Companhia, a mesma deixará de efetuar os pagamentos vincendos a partir da decisão, sendo certo que não exigirá reembolso pelos valores efetivamente pagos.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Em reais
Ramos	Importâncias seguradas
Risco operacional (*)	405.920
Responsabilidade civil geral (*)	202.960
Responsabilidade civil - administradores - Diretores e dirigentes	4.000

(*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG e CEG RIO.

* * *